

Um dos mais importantes avanços ocorridos desde 1988, com relação ao processo de renegociação de dívidas externas dos países em desenvolvimento, é a virtual desvinculação das conversações dos países devedores com o Fundo Monetário Internacional (FMI) dos entendimentos com os bancos credores. Estes, por muitos anos, mantiveram-se na férrea posição de não aceitar negociações com os países endividados sem que estes obtivessem primeiro o "aval" do FMI. E a instituição, de sua parte, exigia o acerto dos compromissos com os bancos comerciais como condição para negociar ou renegociar acordos com governos que solicitavam o seu apoio financeiro.

Essa recente evolução seria resultado do Plano Brady, segundo um documento que circulou na reunião do Comitê Interino do FMI/Banco Mundial (BIRD). Significativamente, o documento observa que o Plano, embora não tenha reduzido substancialmente o estoque da dívida dos países de renda média, conseguiu acabar com antigos critérios, que, se prevalecessem, impossibilitariam que o FMI e o BIRD concedessem empréstimos a países devedores em atraso junto aos bancos comerciais, como é o caso do Brasil.

Novo estilo de negociação

Isso mostra que os conceitos defendidos pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, tiveram uma influência muito maior do que se supunha sobre a postura das instituições internacionais. Como se recorda, ao lançar as bases de seu Plano, em março de 1989, Brady condenou, por exemplo, a "sharing clause" ou cláusula de partilha, destinada a impedir ações unilaterais por parte de qualquer integrante do Comitê de Bancos Credores. É apenas lógico concluir que, em seu entender, essa espécie de solidariedade não deveria aplicar-se, por extensão, às instituições internacionais.

O "efeito Brady" desobstrui o caminho para que o Brasil busque agora uma aproximação com o FMI e o BIRD, independentemente das conversações que o governo pretende manter com o Clube de Paris e os bancos comerciais. Mas não o fará por compulsão. Como disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, em discurso pronunciado na segunda-feira em Washington: "(...) Primei-

ro, cuidamos de arrumar a casa, depois iniciamos os entendimentos com os nossos parceiros. Isto significa que as decisões sobre a nossa política econômica antecedem e condicionam os acertos externos".

Dada a compreensão evidenciada pelo FMI e o BIRD quanto às reformas de profundidade que o governo está introduzindo na economia, a ministra já acertou com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, a vinda ao Brasil, em junho, de uma missão do FMI. A partir desse diálogo, o País procurará negociar um acordo "stand-by".

Isso não impede que, paralelamente, outras aberturas sejam exploradas. Com relação ao Clube de Paris, a ministra foi bastante explícita ao afirmar que as ações desse organismo só têm contemplado cancelamento ou redução da dívida para países de menor desenvolvimento relativo. "Não obstante", continuou, "há países de renda média para os quais os débitos oficiais constituem um problema central a ser também equacionado a

partir de um enfoque mais abrangente." O que está a indicar que a simples rolagem dos compromissos poderá deixar de ser um compromisso aceitável.

Sem pressa, o governo igualmente se articula para retomar contatos com os credores privados, que podem comportar novas alternativas. Uma delas é uma renegociação descentralizada com os bancos internacionais. A descentralização, tal como imaginada anteriormente, isto é, com retirada do aval do Tesouro Nacional concedido a operações já contratadas, está fora de cogitação. Mas poderá tornar-se viável como um mecanismo para conversão de dívida em investimento, no contexto do programa de privatização, como admitiu o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster. Mas, de acordo com o espírito do Plano Collor, isto só será possível se não implicar emissão de moeda.

Em conclusão, o Brasil dispõe-se a negociar, mas na verdadeira acepção do termo, levando posições a discutir. Foi-se o tempo em que, para usar as palavras da ministra da Economia, "os bancos traziam seu menu de opções pronto que o País aceitava ou não".